

## PODER

# Cortesias para o único prefeito do PT em capitais

Presidente Lula recebe Evandro Leitão, petista que se elegeu para comandar Fortaleza

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, ontem, o prefeito eleito de Fortaleza, Evandro Leitão. Ele será o único petista a comandar uma capital desde 2020 e representa a maior vitória do partido e do chefe do Executivo nas eleições deste ano.

Leitão veio a Brasília com o governador cearense e seu cabo eleitoral, Elmano de Freitas (PT). O encontro, no Palácio do Planalto, foi breve. O ministro da Educação, Camilo Santana, esteve presente. Ele participaria de eventos do G20 em Fortaleza, mas foi chamado por Lula para a reunião com Leitão, a quem apoiou na disputa eleitoral. Ainda compareceu o senador **Cid Gomes** (PSB-CE), irmão do ex-ministro Ciro Gomes — ele deu apoio discreto ao prefeito eleito e apenas no segundo turno, já que, no primeiro, esteve ao lado de José Sarto (PDT).

“Com muita alegria, recebi o prefeito eleito de Fortaleza, Evandro Leitão, ao lado do governador Elmano e do ministro da Educação, Camilo Santana. Assim como trabalhamos pelo Brasil, faremos ainda mais pelo Ceará. Não combinamos as gravatas, mas acertamos na cor”, escreveu Lula no X. Na foto oficial do encontro, todos estão com gravatas vermelhas, a cor do PT.

A reunião não estava prevista na agenda oficial de Lula. O único compromisso do presidente no dia era um encontro com a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck. Depois, os compromissos foram atualizados, com a inclusão do ministro da Secretaria de Comunicação Social (Secom), Paulo Pimenta, e com o ministro da Defesa, José Múcio. À tarde, o presidente ficou no Palácio da Alvorada. Porém, a chegada do governador e do prefeito foi presenciada por jornalistas.

Elmano de Freitas confirmou, ao **Correio**, que estará, amanhã, no encontro de Lula com os governadores para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC) da Segurança — um novo

Ricardo Stuckert/PR



Lula com Leitão: “Assim como trabalhamos pelo Brasil, faremos ainda mais pelo Ceará”, disse o presidente

## Irmãos em lados opostos

Enquanto Cid Gomes atuou na mobilização de prefeitos de municípios do interior para fortalecer a campanha de Leitão na reta final, o irmão dele, Ciro Gomes (PDT) fez declarações duras contra o candidato petista. Inclusive, outras lideranças do partido ligadas a Ciro, como o ex-prefeito Roberto Cláudio e um grupo de vereadores da capital apoiaram publicamente o bolsonarista André Fernandes (PL) no segundo turno.

plano para a área.

Fortaleza foi o mais importante resultado eleitoral para o PT neste ano. A vitória, no entanto, foi extremamente apertada. Leitão se elegeu no segundo turno com 50,38% dos votos contra o bolsonarista André Fernandes (PL), que teve 49,62%. Em números absolutos, a diferença entre os dois foi de apenas 11 mil votos.

A disputa na capital cearense foi uma das que contaram com maior participação do presidente. Ele esteve na convenção que oficializou a candidatura de Leitão, no início de agosto, e marcou presença em um comício com o candidato, em outubro, após o primeiro turno.

Leitão também teve apoio de Camilo Santana, ex-governador do Ceará. O ministro se emocionou durante o discurso de vitória, na noite de domingo, ao lado do futuro prefeito.

Mesmo com o resultado apertado em Fortaleza, a eleição de Leitão é um dos poucos motivos que o PT tem para comemorar nas eleições municipais. A legenda obteve um crescimento modesto no número de prefeituras, atingindo 252, mas apenas uma capital. Havia uma expectativa maior, pois a sigla comanda o governo federal e tem um dos mais importantes líderes políticos do país como presidente da República.

Lideranças do partido, até

mesmo Lula, vieram a público admitir que o PT precisa repensar sua estratégia para o futuro. A Executiva Nacional da legenda se reuniu na segunda-feira para discutir justamente a performance nas eleições, em encontro marcado por tensão contra nomes acusados de criticar publicamente o PT.

Um deles foi o ministro da Secretaria de Relações Institucionais (SRI), Alexandre Padilha. Ele disse em coletiva de imprensa que o partido entrou na “Z4”, ou a zona de rebaixamento, desde 2016 e ainda luta para sair.

Os comentários de Padilha provocaram a reação da presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann: “Ofender o partido, fazendo graça, e diminuir nosso esforço nacional não contribui para alterar essa correlação de forças”, publicou no X. “Padilha devia focar nas articulações políticas do governo, de sua responsabilidade, que ajudaram a chegar a esses resultados. Mais respeito com o partido que lutou por Lula Livre e Lula presidente, quando poucos acreditavam.”

# Maduro cobra Lula por veto à Venezuela

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, cobrou uma manifestação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o veto à entrada do país no Brics — bloco que tem Brasil, China, Índia, Rússia, África do Sul e outras quatro nações. O chefe de Estado venezuelano também disparou críticas ao Ministério das Relações Exteriores, acusado por ele de estar alinhado com o Departamento de Estado norte-americano.

“Prefiro esperar que Lula observe, esteja bem informado sobre os acontecimentos, e que ele, como chefe de Estado, em seu momento, diga o que tem que dizer”, declarou Maduro durante seu programa semanal no canal público de televisão. Ele poupou o presidente brasileiro de críticas diretas, apesar da orientação de Lula pelo veto.

O Brasil barrou a entrada da Venezuela na lista de 12 países que devem ingressar no Brics como nações parceiras, com menor influência sobre o grupo do que os membros plenos. São candidatos: Cuba, Bolívia, Indonésia, Malásia, Uzbequistão, Casaquistão, Tailândia, Vietnã, Nigéria, Uganda, Belarus e Turquia.

A decisão de excluir a Venezuela da lista ocorreu apesar do forte lobby feito pelo governo chavista, que colocou suas reservas de petróleo como moeda de troca. A entrada do país de Maduro era apoiada pela Rússia e pela China. A diplomacia brasileira, porém, argumentou que as decisões do Brics são sempre tomadas por unanimidade

AFP



Nicolás Maduro evitou responsabilizar o presidente Lula diretamente

e que países com relações hostis aos membros atuais do bloco não podem entrar como parceiros. O governo brasileiro também resistiu à entrada da Nicarágua, que ficou fora da lista.

Maduro afirmou que os diplomatas brasileiros teriam negado, em conversas privadas, que o Brasil seria contra a entrada da Venezuela no bloco. Ele atribuiu o veto diretamente ao secretário de Ásia e Pacífico do Itamaraty, embaixador Eduardo Saboia, a quem acusou de ter um “obsuro e triste passado bolsonarista”. E atacou o ministério. “O Itamaraty tem sido um poder dentro

do poder do Brasil há muitos anos (...) Sempre conspirou contra a Venezuela.”

Na quinta-feira passada, em nota, o Ministério das Relações Exteriores da Venezuela classificou como “agressão” e um “gesto hostil” o veto à entrada do país no Brics. O promotor-geral venezuelano, Tarek William Saab, por sua vez, acusou Lula, sem citar evidências, de forjar a queda que sofreu no banheiro do Palácio da Alvorada — que rendeu cinco pontos na nuca e uma contusão — apenas para deixar de ir à Cúpula do Brics e negar a entrada da Venezuela.

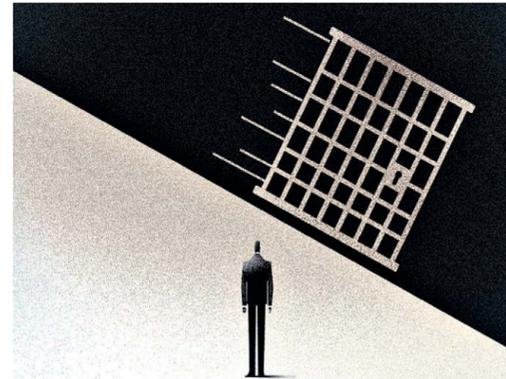
## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Maurenilson Freire



## Dirceu volta à cena com anulação de penas

A anulação das condenações do ex-deputado federal José Dirceu, pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), trouxe o petista histórico de volta à cena política do país, com plenos direitos políticos. Dirceu havia sido condenado a 23 anos e três meses de prisão pelo então juiz e atual senador Sergio Moro (União-PR), que apontou o ex-chefe da Casa Civil do primeiro governo Lula como suposto beneficiário de R\$ 15 milhões em propinas pagas pela empreiteira Engevix, por cinco contratos de obras da Petrobras.

Dirceu vinha mantendo discreta atuação política, sempre nos bastidores, mas circulava com desenvoltura e, toda vez que aparecia em público, em algum evento social que reunisse políticos, era reverenciado pelos interlocutores. Já havia retomado também a militância no PT, participando de reuniões e conversas informais, com a mesma discrição. Agora, livre das condenações, deve intensificar sua atuação, mas não decidiu ainda se pretende voltar à cúpula do PT e/ou disputar eleições. Oráculo dos principais dirigentes petistas nunca deixou de ser.

Gilmar Mendes anulou todos os atos processuais produzidos por Moro em duas ações penais contra José Dirceu. A decisão foi proferida na Petição (PET) 12229 e divulgada ontem. O ex-ministro foi beneficiado pelo fato de a Segunda Turma do Supremo, em março de 2021, declarar a parcialidade de Moro nas ações penais contra Lula.

Segundo o ministro do STF, com base nos diálogos revelados pela Vaza Jato e outros elementos trazidos nos autos, houve ação coordenada entre Moro e a força-tarefa da Lava-Jato para acusar e denunciar José Dirceu. A atuação serviria de ensaio para a denúncia que seria posteriormente oferecida contra o presidente Lula. Apesar de o ex-ministro não ter sido denunciado no caso, José Dirceu é mencionado 72 vezes na denúncia contra Lula no caso do triplex do Guarujá.

Na decisão, Gilmar critica a “confraria formada pelo ex-juiz Sergio Moro e os procuradores de Curitiba”. Avalia que a Operação Lava-Jato “encarava a condenação de Dirceu como objetivo a ser alcançado para alicerçar as denúncias que, em seguida, seriam oferecidas contra Luiz Inácio Lula da Silva”. E que houve “ausência de imparcialidade” na condução dos processos e, por isso, o ex-ministro não teve um julgamento justo. Com a decisão, na prática, Dirceu passa a ser considerado “ficha-limpa”.

## Segunda vitória

A sentença atende ao pedido da defesa para estender ao ex-ministro a decisão da 2ª Turma do STF que considerou Moro parcial ao julgar Lula. Gilmar afirma: “A extensão, assim, legitima-se não como uma medida geral, que aproveita a qualquer outro investigado na Lava-Jato, mas devido a indicativos de que o juiz e procuradores ajustaram estratégias contra esses réus, tendo a condenação de um deles como alicerce da denúncia oferecida contra outro”.

Prossegue o ministro do STF: “Ante o exposto, ante a situação particular do réu, defiro o pedido da defesa para determinar a extensão da ordem de Habeas Corpus (...) anulando todos os atos processuais do ex-juiz federal Sergio Moro nesses processos e em procedimentos conexos, exclusivamente em relação ao ex-ministro José Dirceu”. Ao longo de 24 páginas, Gilmar menciona sete indícios que o Supremo levou em conta ao considerar que houve quebra de imparcialidade por Moro ao julgar Lula e cita mensagens entre a força-tarefa de Curitiba e o ex-juiz reveladas pela imprensa.

O fato de Moro ter deixado a magistratura para assumir o Ministério da Justiça do governo Bolsonaro também é apontado como demonstração de parcialidade. Segundo o ministro do STF, Moro tinha o desejo de “impulsionar movimentos sociais e forças de oposição ao partido político liderado pelo paciente — forças estas a que ele mesmo, em seguida, viria a aderir, quando aceitou o convite para integrar o governo de Jair Bolsonaro”.

Gilmar Mendes sustenta em sua decisão que as denúncias apresentadas pela força-tarefa da Lava-Jato nos casos do triplex do Guarujá, sítio de Atibaia e imóvel para o Instituto Lula trataram de atribuir a Dirceu “papel central e decisivo na narrativa urdida para acusar o atual presidente da República de crimes de corrupção passiva e lavagem de capitais. O ex-juiz e hoje senador sempre negou qualquer irregularidade e rechaça as acusações de que atuou de maneira parcial.

Esta é a segunda vitória obtida por Dirceu neste ano no tribunal. A Segunda Turma do STF extinguiu no final de maio a pena à qual o ex-ministro foi condenado, por corrupção passiva, no âmbito da Operação Lava-Jato. O ex-ministro da Casa Civil, no entanto, seguia inelegível pela Lei da Ficha Limpa, apesar da vitória que obteve no STF. Isso porque havia recursos contra duas condenações em tramitação no Superior Tribunal de Justiça (STJ) aguardando julgamento. Agora não há mais.

GILMAR MENDES ANULOU TODOS OS ATOS PROCESSUAIS PRODUZIDOS PELO EX-JUIZ SERGIO MORO EM DUAS AÇÕES PENAS CONTRA O EX-MINISTRO PETISTA, POR PARCIALIDADE